



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2005

Acta n.º 2

Ao décimo sexto dia do mês de Novembro do ano de dois mil e cinco, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:45 horas, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de três de Novembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO ÚNICO: Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal, em conformidade com a Lei nº 5 - A/2002, de 11 de Janeiro. -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira de Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Cristiano José da Ponte Cabrita, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaro, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira, Helder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

FALTAS: Vítor José Cabrita Neto, o Presidente da Junta de Freguesia da Guia, José Cabrita e Francisco José Pereira de Oliveira. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face ao pedido de substituição apresentado pelo membro Vítor José Cabrita Neto, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, o membro Euridice Eugénia Mendes Vieira. O Presidente da Junta de Freguesia da Guia, José Cabrita, fez-se representar pelo Primeiro Secretário, Joaquim Manuel Correia Vieira. -----

Havendo quórum (vinte e cinco presenças), o Presidente da Assembleia Municipal inicia a sessão. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não há intervenções por parte do público. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário, José

Sequeira, para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. -----
 O Presidente da Assembleia inicia o período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO ÚNICO

Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal, em conformidade com a Lei nº 5 - A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Presidente da Assembleia - É uma coisa que se faz sempre, que é a aprovação do nosso regimento. Temos um regimento que está em vigor do período passado e, portanto é essa a proposta que a Mesa deixa a esta Assembleia. Foi remetido a todos para que pudessem fazer sugestões, alterações, eventualmente que fossem interessantes de ser feitas. Deixo esta proposta de regimento à discussão. -----

Paulo Freitas - Sendo certo que o regimento de que ainda nos rege vem na decorrência do mandato anterior, na sua génese serviu bem a condução dos trabalhos desta Assembleia, creio ter sido respeitado por todos os membros que a compunham, também na sua essência, no entanto, para uma melhor adequação deste regimento, algumas situações que se colocaram no mandato anterior seja de propor algumas alterações, nomeadamente duas, razão pela qual o partido Social Democrata apresenta uma proposta que passaria a ler (doc.1). -----

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE REGIMENTO

Os Membros da Assembleia Municipal de Albufeira, eleitos pelo Partido Social Democrata, com vista a uma melhor adequação do Regimento, às várias formas de votação, propõem que seja incluído o n.º 7 no Art. 17º, cuja redacção é a seguinte:

Art. 17º

Formas de votação

“7 - Sempre que sobre o mesmo objecto de deliberação, existam duas (Página 1 de 2) ou mais propostas de sentido contrário e/ou incompatíveis, apenas pode haver uma votação, que será em alternativa; nesta forma de votação, os membros votarão livremente a favor de qualquer das propostas apresentadas.”

Por outro lado e dado que todos os actos administrativos, deverão em princípio ser justificados, entendemos que para além do voto de vencido poder ser justificado, também deverão poder emitir declarações de voto, que vote em sentido favorável, ou que exerça o direito de não voto, ou seja, a abstenção.

Assim propomos que

- a epígrafe do Art. 34º do Regimento, em vez de mencionar «REGISTO NA ACTA DO VOTO DE VENCIDO» passe a mencionar, « REGISTO NA ACTA DA DECLARAÇÃO DE VOTO»

e que

- a este Art. 34º seja adicionado o n.º 4, cuja redacção é a seguinte:

Art. 34

Registo na acta da declaração de voto

4- Os membros do órgão que estejam presentes no acto das deliberações, gozam sempre do direito de registar em acta a justificação da forma como exerceram o seu direito de voto, ou o seu não exercício.

Assembleia Municipal de Albufeira

16. Novembro. 2005

Os Proponentes,

Página 2 de 2

Presidente da Assembleia - Em súmula: propõe-se no artigo décimo sétimo, uma outra forma de votação que na última Assembleia foi polémica, a votação em alternativa. No fundo o que se pretende aqui é regulamentar essa matéria, em que só poderá haver uma votação; Como é normal, sempre que haja propostas em sentido contrário, esta Assembleia apenas pode emitir uma deliberação e não várias deliberações, sobre a mesma matéria. Por outro lado e porque também poderia, de alguma forma, colidir com a liberdade dos membros da Assembleia, atribui-se também, no artigo trigésimo quarto a faculdade de, em qualquer situação e não apenas no voto vencido, que era o que vinha aqui designado, poder ser registado em acta declaração, em qualquer situação, sempre que seja exercido o seu voto, de uma maneira, de outra maneira, ou por via do não exercício do voto, ou seja, por abstenção. Os membros da Assembleia Municipal, seja qual for a posição que tomem, estando presentes, têm toda a liberdade, poderão sempre manifestar em acta a razão da forma do seu voto. É isto que está proposto como alteração. -----

Fernando Neves - A CDU continua a manter a posição que sempre teve na discussão desta situação. No nosso entendimento, quer haja uma, duas ou três propostas, a forma de votação tem de ser sempre a mesma: quem vota contra; quem se abstém; quem vota a favor. Essa história da alternativa, nós continuamos a não aceitá-la. A

única forma que nós achamos que é democrática é esta: quem vota contra; quem se abstêm e quem vota a favor. -----

Fernando Cabrita - Eu acho que o Sr. Fernando Neves tem razão, porque é a expressão mais democrática de poder prenunciar-se sobre a proposta, até pode ser a proposta do próprio e assim vê-se proibido. Também pode manifestar em acta a sua declaração de voto, mas não expressa relativamente àquela proposta e uma vez que se vai votar em alternativa, perde-se o conteúdo e a possibilidade de a discutir da mesma forma com igualdade de circunstâncias de como a proposta foi formulada. Eu, neste aspecto, estou de acordo com o que foi dito por o meu antecessor. -----

Fernando Neves - Só mais uma coisa sobre este assunto. A maneira de como é posta a votação em alternativa, o Sr. Presidente sabe bem disso, já se passou aqui, quem vota a favor da proposta A, quem vota a favor da Proposta B, ou C, ou D, é a pergunta que faz e não pergunta quem se abstêm e quem vota contra, e isso impede qualquer membro da Assembleia de se manifestar contra ou abster-se. -----

Pedro Ferro - Esta questão já foi várias vezes falada e há aqui uma questão. Não percebo como é que se faz o registo de uma declaração de voto do não voto. Se a pessoa não pode votar porque não quis votar na A ou na B, prevê-se a declaração do não voto. Declaração de voto do não voto, acho uma contradição. Por outro lado, já uma vez tive nessa situação e ponho-lhe a questão: eu não pude votar porque a Assembleia não me autorizou. Acha que a Assembleia tem o direito de impedir o direito do voto? A Assembleia considera-se com esse poder, a delimitar o direito de voto? Acho que esta questão não vai ficar bem resolvida. Por uma questão de contar uma só vez os votos ou contar duas vezes. Apenas por uma questão de economia de tempo. -----

Paulo Freitas - Eu, antes de mais, gostaria de lembrar que há dois tipos de votos. Há o voto a favor e o voto contra. Nós, numa votação, e não nos podemos esquecer das nossas funções nesta Assembleia, estamos aqui para deliberar, e a nossa função enquanto membros desta Assembleia é votar favoravelmente, ou contra, a abstenção é o não voto. O Senhor Arquitecto Ferro disse exactamente "eu não voto, eu não conto". Nós podemos votar contra ou a favor, a abstenção é a isenção de voto, é a abstenção de poder votar. Este é o significado da palavra abstenção em qualquer dicionário de língua portuguesa. A abstenção é eximir-se da responsabilidade de votar favoravelmente ou contra e ao votarmos favoravelmente a uma, obrigatoriamente estamos a votar contra a outra, daí podermos depois declarar a nossa intenção do voto. E mais, enquanto membros da Assembleia, temos o dever/direito de apresentar propostas, de apresentar recomendações, de apresentar pareceres. Não nos podemos eximir dos nossos direitos, nem dos nosso deveres. Qualquer membro que não esteja contra, ou que esteja contra uma qualquer proposta que seja apresentada, tem a total liberdade de apresentar a sua proposta e defende-la. Não pode é escudar-se atrás de um não voto, ou de uma isenção de responsabilidade, que é a abstenção, para não querer ser responsável pela sua decisão. Responsabilidade essa que vem pelo voto a favor e pelo voto contra. E daí, também, a sua manifestação em termos de declaração de voto. É este o sentido; primeiro: haver um voto inequívoco numa qualquer proposta para que haja um meio de deliberação consciente e inequívoca; segundo: poder declarar

a sua intenção de voto; terceiro: poder apresentar propostas de intenção de voto aos outros membros da Assembleia e essa é a mais importante. E nesse sentido esta proposta do Partido Social Democrata. -----

Fernando Neves - Falou-se aqui, agora, que a função da Assembleia é deliberar. Essa pergunta ficou no ar. Eu penso que sim. Deliberar é uma das funções da Assembleia mas, para se deliberar tem que se votar. Eu não queria ir buscar novamente o exemplo que dei aqui, quando se levantou esta questão, comparando as funções da Assembleia da República, mas posso fazê-lo novamente, Sr. Presidente. Qualquer pessoa sabe, que assista aos debates da Assembleia da República, da maneira como se vota e estão lá várias forças representadas. Há várias propostas, chega a haver três e quatro propostas e, como é que se vota? Pelo menos, daquilo que tenho visto, é assim: quem vota a favor; quem vota contra; quem se abstêm. É esta a forma de votar lá. Se é assim na Assembleia da República, porque é que na Assembleia Municipal não se procede da mesma maneira? -----

Fernando Cabrita - Esta coisa de quem não vota a favor em nenhuma proposta, forçosamente está contra, faz-me lembrar, há muitos anos atrás, em que de facto, quem não está aqui, está contra mim. Eu acho que isto não pode ser assim. De facto, ser Presidente da Assembleia Municipal tem a sua importância, tem o seu papel próprio, mas não pode ser um arremedo de Assembleia, estar realmente a por de lado o exemplo de votação que vem da Assembleia da República, que é concerteza de muito mais importância que as Assembleias Municipais. Eu pergunto: embora esta Assembleia possa pretender ser original, houve o cuidado de saber como é que são as outras Assembleias, os outros regimentos? Não houve provavelmente, porque concerteza chegavam à conclusão que a abstenção não era assim tratada, nem posta de lado. Portanto, não votarei nesta proposta. -----

Francisco Calhau - Só gostava de acrescentar o seguinte, relativamente ao que foi dito: Parece que estamos a tirar todas as possibilidades de votação que estavam previstas no artigo décimo sétimo do regimento em vigor, o que não é de facto verdade. A única coisa que estamos a fazer é a enriquecer esse artigo com a possibilidade de mais um ponto onde se prevê que, em determinadas situações e perante argumentação ou uma vez discutida uma determinada proposta, possa haver o interesse de aparecer uma proposta precisamente oposta a essa. E nesses casos, há todo o interesse em que isso fique regulamentado como está aqui a ser proposto por nós. É a única coisa que estamos a fazer. Não estamos a eliminar as outras formas de votação, que estão lá previstas. O que estamos a dizer é que para além dos pontos que já existiam, estamos a acrescentar um sétimo ponto para situações específicas que atrás referi. Estamos a querer enriquecer o regimento porque consideramos que nas situações em que a discussão de uma determinada matéria pode conduzir ao aparecimento de uma proposta oposta e aí sim, todos nós devemos ter a obrigação de tomar uma posição clara, numa ou noutra. E portanto, não estamos assim a negar o direito que existe e que aqui tem sido referido, o direito à abstenção nas situações normais. É só isto que eu gostava de dizer. -----

Fernando Neves - Isto não leva a lado nenhum, porque eu já sei qual é a posição. Nós podemos pedir um parecer constitucional, que eu acho absurdo ter que recorrer a essa intervenção. A CDU já foi impedida de votar aqui essas propostas de alternativa. Se a CDU queria votar contra, foi impedida de votar. Não me venham com a história de que eu tenho de fazer um requerimento a dizê-lo. Não faz sentido nenhum. E não me venham dizer que isto vai enriquecer o conteúdo do regimento, antes pelo contrário. É pena que não se chega a acordo sobre a questão. Já estou a ver que não. Naturalmente que não é estar a ameaçar ninguém, mas se de facto nós entendermos que ela não é democrática, em termos de votação, de não permitir que qualquer membro da Assembleia vote contra, porque há uma orientação no sentido de só se votar a favor desta ou daquela proposta. -----

Ricardo Silva - Até vejo algum sentido pragmático dessa possibilidade. Só que, o que de facto nós assistimos, é que ela se torna regra e não excepção. De facto, por vezes é útil a existência desse sistema, mas infelizmente, como aqui já foi dito, torna-se regra, o que impede a pessoa de manifestar o seu sentido de voto. -----

Francisco Calhau - Uma pequena pergunta para esclarecimento. Estamos a discutir esta questão com a argumentação de que podemos não estar de acordo, nem com uma, nem com a outra proposta e, portanto, podermos-nos abster. O que é que nos impede então de apresentar uma terceira proposta? -----

Pedro Ferro - Não é só uma questão, nem com uma nem com outra. Também pode-se verificar a situação de quando queremos votar contra qualquer uma das propostas, ou ter que se aprovar qualquer uma das propostas para que elas possam depois evoluir. Propostas de bancada que se pode até estar de acordo com os princípios da generalidade das propostas e não votar favoravelmente. Estas duas situações são postas e inviabilizadas por uma questão, continuo a dizer, de perder mais um minuto na contagem de votos. Não vejo justificação para uma situação destas. -----

Paulo Freitas - Eu creio que continuamos a bater na tecla em falso. A proposta é, para propostas que sejam contrárias ou incompatíveis. Não são todas e quaisquer propostas. Não são propostas complementares, não são propostas em sentido diverso, que desde que não sejam opostas ou incompatíveis. Esse é o princípio básico. Podemos correr o risco, se partirmos do princípio do que aqui estamos a discutir, de termos duas propostas com sentido completamente oposto, serem as duas aprovadas. E a partir do momento em que são as duas aprovadas, a primeira vem revogar a segunda? A segunda é que é válida? Qual das duas é que é válida? Uma vez que estamos todos em pleno direito e estamos a deliberar sobre o mesmo assunto em duas propostas com sentido distinto? Qual é a nossa responsabilidade neste acto? Qual é a demonstração de poder desta Assembleia Municipal, quando delibera sobre duas propostas em sentido distinto e no mesmo dia e no mesmo acto delibera dois sentidos completamente opostos? Quais das duas é que tem eficácia? A partir do momento em que são aprovadas têm as duas eficácia, só não têm externa porque ainda não são publicadas. Como é que se processa? Só porque eu quero votar contra as duas. Não exerço o meu voto contra nenhuma. Porque se eu tenho a proposta A e a proposta B, ou vou votar favoravelmente a proposta A ou a proposta B. E isto é matemática, se eu voto a favor da A, obviamente é

porque não quero a B. Ou então voto a C, que é qualquer uma outra que me seja proposta. É responsabilidade, não é erros. Responsabilidade na deliberação. E tanto quando nós votamos em sentido contrário, somos desresponsabilizados a partir do momento em que nós prestamos uma declaração de voto. Isto é de lei, não é de regulamento. E tem-se o cuidado de propor uma declaração de voto a todo e qualquer membro da Assembleia que esteja presente em qualquer deliberação. Porque só se considera voto, ou exercício de voto, quando há um voto a favor ou um voto contra, a abstenção não é um voto, nem é exercício desse direito. -----

Presidente da Assembleia - Alguém mais quer intervir? É que eu também vou intervir neste ponto. A questão é muito simples. Eu já ouvi todos e mesmo esta proposta não sendo minha, não tenho a mais pequena dúvida em subscreve-la. Falou-se muito em democracia, em privação de direitos, quando não é nada disso que está em causa. As pessoas podem exercer livremente os seus direitos, podem exercer livremente os seus deveres, também; portanto, estamos aqui, não perante uma limitação de direitos, muito pelo contrário. Estamos aqui a falar de um ponto que, só quando há propostas de conteúdo contrário, é que a situação se põe. E a situação põe-se só por uma razão e que isto fique bem claro: isto é um órgão democrático e enquanto eu for Presidente desta Assembleia, vai ser um órgão democrático. Ninguém tenha dúvidas. Concorde-se ou não comigo, têm toda a liberdade, como o Sr. Neves, de discordar de mim. Aceito perfeitamente a sua discordância, não concordando nada com ela, porque a Assembleia está aqui para deliberar. É a função dela; e, deliberar democraticamente. Uma Assembleia Municipal, e já aqui foi referido pelo Dr. Paulo Freitas, nunca pode correr o risco, e esse risco existe, de em propostas contrárias, se eu as pusesse sucessivamente a votação, corria-se o risco, em teoria, de aprová-las todas. É só raciocinar um pouco. Se eu fizer a sua metodologia, e todos os membros da Assembleia Municipal são livres, continuam a ser livres de votar favoravelmente todas, se eu as puser sucessivamente à votação. Essa questão põe-se quando possa existir complementaridade e aí sim, mas não é este o caso; aqui estamos a falar apenas de propostas contrárias e incompatíveis. Não estamos a falar de propostas eventualmente complementares e o texto é claro quando diz que são propostas de sentido contrário e/ou incompatíveis. É fácil ver-se e equacionar-se em termos teóricos. Seguindo a vossa metodologia, do Sr. Neves, nós, Assembleia Municipal, em teoria corremos o risco de aprovar deliberações contrárias, porque os membros da Assembleia Municipal na votação seguinte não perdem a sua liberdade. Ou perderam a sua liberdade de votarem como querem? Se vou perguntar: quem vota contra; quem vota a favor; quem se abstém, na primeira proposta, os membros da Assembleia Municipal são livres de votar. Então não faz sentido estar a fazer o mesmo para uma proposta de sentido contrário, porque aí continuam a ser livres e inclusivamente de votar as duas favoravelmente, ou então não há liberdade. Se vamos pelo conceito da não liberdade, ao votarem favoravelmente a primeira, já não têm liberdade de votar favoravelmente a segunda. É isto que se está a fazer, estamos a falar só das propostas incompatíveis e contrárias. O que a Assembleia não pode fazer nunca, é correr o risco, não sei com que cara ficaríamos todos porque em teoria isso é possível, de termos duas deliberações

contrárias sobre o mesmo objecto. E eu cito o exemplo das taxas: O Senhor tem liberdade de não concordar com a proposta que venha da Câmara e propor o número dois e a bancada do Partido Socialista propor o número três e a PSD o numero cinco. Temos aqui três exemplos de propostas contrárias e ao irmos votar, se formos votar sucessivamente cada uma delas, arriscamo-nos a aprovar a taxa com os números dois, três, quatro ou cinco. A Assembleia vai votar três ou quatro vezes sobre o mesmo objecto, que é o que está aqui em causa. É uma deliberação e um objecto a ser deliberado: apenas um objecto e não três objectos, e isso é que provoca a possibilidade de haver três deliberações contrárias e a votação destina-se só a uma coisa, não a mais nada, é a deliberar. Ora, sendo o mesmo objecto e havendo propostas contrárias, uma propõe dois, outra propõe quatro e outra cinco, esta Assembleia não pode, porque é uma má metodologia, aqui não há ausência nenhuma de democracia porque todos têm a liberdade de o propor, o PSD tem a liberdade de propor cinco, o PS de propor quatro, a CDU dois, o que quer dizer, aqui não há de quaretar a liberdade de ninguém, mas são propostas de sentido contrário, não pode haver duas deliberações. Mas segundo a sua metodologia pode haver duas, três ou quatro, ou quantas propostas houverem. E é isto que esta Assembleia não pode, nem deve correr o risco. É nestas propostas de conteúdo contrário que se situa a questão, porque não há complementaridade nenhuma possível entre quem propõe o 3% e quem propõe o 4% e, portanto, eu subscrevo por inteiro o que aqui está. Isto foi algo que eu aprendi aqui e sou já bastante antigo nesta casa, como outros colegas que aqui estão e isto fazia-se com os meus antecessores: a votação em alternativa. Não é um exclusivo da minha parte, mas que eu concordo e sempre concordei, porque está correcto. Concordo com toda a argumentação que foi feita, de não haver privação de direitos; concerteza, têm o direito de proporem o que quiserem. Se houver só uma, pode-se manifestar contra, se houver duas, elas já são contrárias uma à outra. É claro que pode haver mais sentidos contrários. Pode haver até, por exemplo, três sentidos contrários, e se alguém estiver contra as duas, tem obrigação de propor qualquer coisa. Se está contra às duas, então tem uma alternativa e essa alternativa também é uma obrigação dos membros da Assembleia Municipal, de proporem soluções porque a Assembleia está aqui e não pode ir ausente de uma deliberação, ela tem de existir. Portanto, não há aqui nenhuma ausência de democracia, há liberdade plena de todos os membros e até de não votar, porque ninguém vos pode obrigar a nada. É o caso da abstenção. As pessoas só votam favoravelmente se quiserem, só votam contra se quiserem e a abstenção é precisamente a não obrigação de levantar o braço, isto na minha modesta opinião, porque a abstenção é demitir-se de fazer. Quem se abstém nas eleições, quaisquer que sejam elas, nem sequer lá vai. Isso é que é abstenção. É o não exercício dos direitos. É uma ausência de exercício de direitos. Isto é o que eu penso sobre o assunto, não há aqui ausência nenhuma de democracia neste pensamento, pode haver discordância do método, aceito que o Senhor não concorde com o que digo, mas eu subscrevo por inteiro esta proposta. -----

Fernando Neves - Eu não disse que não havia democracia nesta casa, que fique bem claro. Uma coisa é não concordar com as formas de votação, outra coisa é estar-se a

afirmar que eu afirmei que não havia democracia. Atenção. Continuo a não concordar, o Senhor ainda não me deu exemplos concretos de resolver esta situação, nem ninguém aqui. É a minha modesta opinião. Ninguém aqui me deu opiniões contrárias em relação ao que eu penso sobre esta situação. Eu não queria ir tão longe. Penso que não é intenção de ninguém passar atestados de incompreensão a ninguém. Eu ainda não percebi como é que havendo três propostas, pode haver duas vencedoras, tendo aqui o PSD, o PS e a CDU, três forças políticas, cada uma com o seu número de membros, essa hipótese nunca se levanta. Continuo a dizer: Eu, a CDU, já foi impedida de participar na votação, o Senhor sabe que é verdade. Se eu quero votar contra a proposta, por exemplo da Câmara, para a semana isso vai acontecer e vou apresentar uma outra, como é que o Senhor vai fazer a votação? -----

Presidente da Assembleia - Em alternativa. -----

Fernando Neves - Quem vota a favor de uma e quem vota a favor de outra. E quem vota contra? -----

Presidente da Assembleia - Não tem que votar contra. Se o Senhor está a votar a favor de uma é porque já está contra à outra. É lógico. -----

Fernando Neves - Mas na outra, eu quero votar contra e o Senhor não vai deixar votar. Só vai deixar votar quem vota a favor de uma ou de outra. Da minha parte dava por encerrado este assunto porque se ele não for resolvido aqui, nós logo vamos ver como o resolver. E contesto a afirmação de que eu disse que não havia democracia aqui. Não é verdade. O que eu disse é que não havia democracia na forma como se colocava as propostas a votação. No meu ponto de vista é diferente. -----

Francisco Calhau - Pedi a palavra apenas para dizer que, entendo que estamos a deturpar o sentido do que se pretende propor. Está-se a partir de pressupostos de votações que não aconteceram ainda e já se estão a tecer conjunturas de que esses pressupostos vão em determinado sentido. Eu acho que isto não é forma de estarmos a discutir o Regimento. -----

Presidente da Assembleia - A questão é de facto teórica. Nós, sobre um objecto, não podemos ter nesta Assembleia, posições contrárias. Isto é bom de entender, só não entende quem não quiser. Se eu pusesse á votação três propostas contrárias, esta Assembleia tem a liberdade, de votar favoravelmente a primeira e porque os membros não deixam de ser livres, também não deixam de ser livres na segunda, têm a liberdade de votar na segunda favoravelmente e têm a liberdade de votar favoravelmente, porque não deixam de ser livres, a terceira proposta. Resta saber, é se a partir do momento em que votamos e tomamos a primeira deliberação, é lícito colocar as outras a deliberação? Já há uma deliberação. Como é que se vai colocar a votação, as seguintes, se a Assembleia já se manifestou? Já aprovou, já deliberou! Portanto, a questão que está aqui é de facto teórica, mas é uma questão que é importante. É importante neste sentido: a Assembleia está aqui para tomar deliberações, com toda a liberdade de discordarem, de estarem a favor, ou não quererem participar na votação. Têm liberdade absoluta! Mas da Assembleia só pode sair uma deliberação sobre aquele assunto. Eu não posso pôr propostas contrárias sucessivamente à votação. Se forem complementares, concerteza, não há problema. Eu posso concordar com os

pressupostos de uma e não concordar com dois ou três da outra, logo não voto favoravelmente a outra, mas havendo complementaridades. Havendo contrárias, e é só o que está aqui em discussão, é que não pode haver duas votações sucessivas. Não pode, porque podemos ter deliberações contrárias. É simples de entender. Portanto, eu subscrevo por inteiro o que está aqui, não tenho dúvidas nenhuma e já pensei bastante sobre o assunto, embora reconheça que possa haver outras opiniões, concerteza. -----

Ana Patrício - E naquele caso em que a proposta tem uma parte complementar e uma parte contrária? Porque também pode acontecer, na mesma proposta, haver uma parte que seja complementar à outra proposta e a outra parte seja contrária. -----

Presidente da Assembleia - E os membros da Assembleia têm a liberdade de pedir que, por exemplo, essas partes de complementaridades integrem a outra proposta. Mas eu não estou a ver bem como é que propostas contrárias podem ser complementares, porque a deliberação é um acto único. Pode ser que em teoria isso também possa acontecer, mas nessa altura é fácil que a Assembleia proponha, têm toda a liberdade plena de propor que as partes que são complementares integrem a outra proposta. Não há nada que não autorize isso. -----

Ana Patrício - Mas dentro da proposta, na sua globalidade, pode não ser possível estar a retirar o que é complementar. -----

Presidente da Assembleia - Propostas contrárias onde pode haver complementaridades e que possam integrar outras propostas essas complementaridades?! Mas isso compete à Assembleia. A Assembleia pode fazer isso tudo, eu aí não "meto a colher na sopa". Agora, não pode acontecer a mim, Presidente da Assembleia, a responsabilidade de ter duas ou três propostas aprovadas e contrárias. Como é que se resolve a questão? Há pouco citei o exemplo de: haver uma proposta a propor para o IMI 3%; eu coloco a votação e foi aprovada. E há outra proposta que diz 4%, como é que eu faço? Agora já ninguém pode votar a favor do 4%, porque já aprovamos o 3%, ou os membros da Assembleia perderam a liberdade? Têm de votar de outra maneira! Então isso, é de facto a alternativa. Não é invenção minha, já assim o era há muito tempo, nesta Assembleia e a questão foi levantada na última, uma vez que eram propostas de conteúdo contrário; e que de facto, eu segui a escola que tinha e concordo com ela. Esta Assembleia está aqui para deliberar, para deliberar em concreto. No caso que acabo de citar só pode sair daqui uma deliberação, não pode sair daqui que se deliberou o "3" e deliberou o "4". Como é que se resolve isso? Os membros da Assembleia deixaram de ser livres na segunda forma de votação? Se o deixaram de ser, então vamos votar uma vez só, porque o objecto a deliberar é só um e não dois. O que está aqui em causa, é que nós estamos aqui para deliberar. Depois, para as justificações, para as questões políticas, têm liberdade absoluta. Estamos aqui para deliberar e uma vez sobre o mesmo objecto. O mesmo objecto não pode ser objecto de deliberações contrárias. Pode haver complementaridades, concerteza, e a Assembleia que resolva. Então aí pode resolver "nas calmas", propondo que a complementaridade desta integre aquela e a daquela integre a outra. Agora, partes contrárias é que não podem, de forma alguma, serem postas sucessivamente a votação. Isso não pode! -----

Fernando Cabrita - Sr. Presidente, vai-me desculpar, mas eu penso que está a seguir um critério que é: "liberdade sim, mas moderando no sal": condicionada. Porque liberdade excessiva não será liberdade, será libertinagem. Eu penso que as pessoas que estão aqui são as mesmas, se as pessoas já tomaram "4", não podem, obviamente, a seguir, não temos liberdade para a asneira, ir aprovar a seguir "3". Por exemplo, ir buscar um exemplo que pode não servir de exemplo para todos, mas bem explicado percebe-se o raciocínio lógico. Quando se evita, por exemplo, duas acções diferentes, corre-se o risco que venham a ser proferidas decisões que efectivamente estão em contradição uma com a outra. Quem vai julgar essas acções são pessoas diferentes, não são as mesmas e são sempre em momentos diferentes. Não é o caso aqui, em que existe um ponto, as várias pessoas aqui presentes são as mesmas, sabem o que deliberaram antes e sabem o que vão deliberar a seguir, portanto, não se corre esse risco, as pessoas estão conscientes, a não ser que estejam perfeitamente alheias, não tenham responsabilidade e não saibam o que apreciaram antes. Eu penso que a consciência e a responsabilidade, obriga a que as pessoas saibam aquilo que aprovaram antes e aquilo que está em contradição, não vão concerteza aprovar, a não ser que passe aqui realmente um atestado de menoridade contra as pessoas e que se diga "daqui pode vir tudo, porque ainda há cinco minutos aprovaram aquilo e dentro de cinco minutos estão a aprovar uma coisa completamente diferente". As pessoas têm de estar com atenção e saberem aquilo que fazem. Eu não vejo que a liberdade, nesse capítulo, seja excessiva. A liberdade é exactamente para se discutir coisas propostas em termos de regimento. Portanto, eu acho que isso é condicionar, tornar não enriquecedor mas sim pelo contrário, empobrecedor o teor do regimento, que delimita e mete numa "camisa de varas" o que aqui está. -----

Presidente da Assembleia - A discussão fez-se em pleno, antes de ser colocado a votação. Têm liberdade absoluta de o discutirem. Onde é que está a privação de liberdade? Não estou a ver onde existe. A liberdade existe e é plena. Então o que é que se pretende nesta Assembleia? É fazer deliberações, ou estar a olhar para o umbigo ou para o espelho? Não é isso que se pretende aqui. -----

Fernando Neves - Para se deliberar, têm-se que votar, sr. Presidente. -----

Presidente da Assembleia - Concerteza. -----

Paulo Freitas - Eu só gostava de dar um exemplo prático de uma maneira de como havendo responsabilidade, pode haver duas deliberações contrárias. Eu sei que a Assembleia é composta por vinte e seis membros. Se, por exemplo, na Proposta A votarem vinte e cinco membros e o vigésimo sexto membro se abster, esta proposta é aprovada. E se a proposta B que é totalmente contrária à proposta A, for a votação e os vinte e cinco membros se abstiverem e o vigésimo sexto membro votar favoravelmente, não deixa de haver desresponsabilização dos membros que se abstiveram porque é um direito que lhes assiste, no entanto, passamos a ter uma proposta aprovada com vinte e cinco e continuamos a ter uma proposta, completamente oposta, aprovada por maioria, neste caso, por mero acaso, foi só um. E os membros que votaram favoravelmente a proposta A não deixam de ser responsáveis por terem exercido o seu direito como lhes é assistido, de abstenção na proposta B e temos duas

propostas aprovadas. Depois perguntamos: qual é a mais válida, se foram as duas aprovadas com maioria? A proposta A que foi aprovada por vinte e cinco ou a proposta B por apenas um, mas que é maioria, maioria definida por mais um voto do que os outros! É um exemplo simples, sem haver responsabilidade e sem haver votos contrários, como aqui já fizemos querer, temos duas propostas aprovadas. Se o plano teórico é válido para termos a pretensa liberdade de votar contra todas ou favoravelmente todas as propostas, a responsabilização leva-nos a que haja uma deliberação ou um momento de achar uma deliberação consciente, que é aquilo que nos tem faltado até agora. Porque fazendo o jogo de raciocínio, podemos chegar a esta breve conclusão: temos duas propostas com forma de votação como se quer e temos propostas aprovadas, depois vamos chegar à conclusão e vamos aqui discutir o "sexo dos anjos" achar qual das propostas é a mais válida, se foi a que foi votada por maioria de vinte e cinco ou a de maioria de um. Quando o que aqui se quer são propostas que, qualquer pessoa que leia as actas desta Assembleia, saiba qual foi o sentido de voto, que é fácil de se saber, porque se eu voto favoravelmente a "A", depois como disseram, não vou votar favoravelmente a "B", ou então proponho a "C". Agora, tem de haver responsabilização e essa responsabilização é feita no debate, é feita na forma de votação e o mais importante, é feita na deliberação, que é aquilo que nos falta. Chamou-se a atenção por o facto da Assembleia da República votar várias propostas, mas isto é a aprovação na generalidade, nós numa Assembleia Municipal quando aprovamos uma deliberação está aprovada, para ter eficácia externa só lhe falta a publicação. Não há discussão na especialidade, quando muitas vezes aquilo que é aprovado na generalidade não passa na especialidade. Temos uma realidade muito própria que é esta: vinte e seis membros responsáveis, com direitos e com obrigações, de fazer propostas, deliberar e não permitir que haja esta abertura. Este tipo de votação só se aplica quando haja (e volte-se a frisar) propostas opostas, contrárias, e totalmente incompatíveis, e não complementares. Estamos a falar de incompatibilidade, é propor se é "1" ou se é "2". E aqui é que sai a nossa responsabilidade. Por isso é que temos as nossas declarações de voto. -----

Euridice Vieira - Eu creio que todos os membros da Assembleia são responsáveis, não é? E estar a considerar uma abstenção, uma desresponsabilização, concerteza que os vários juristas aqui presentes sabem os vários Códigos, inclusivamente no Código do Procedimento Administrativo está previsto, por isso creio que não há nenhuma desresponsabilização. Em relação a esta situação, da votação em alternativa e em relação aquilo que a Ana Cristina já tinha dito, eu creio que ao estarmos a contemplar esta proposta que o PSD aqui apresentou, este novo ponto, na situação de haver duas propostas com bastantes pontos; havendo incompatibilidade num dos pontos, nós estamos a eliminar completamente uma das propostas ao votar em alternativa, porque votamos a proposta em completo e talvez fosse bom, (não dizemos em relação à proposta mas em relação aos pontos em que haja incompatibilidade), poderíamos contemplar todos os outros aspectos e aqueles em que havia incompatibilidade; também incompatibilidade nem sempre é tão claro como as situações em que o Sr. Presidente apresentou, por vezes é um bocado difícil definir, porque é

incompatibilidade. Mas creio que, nessas situações, não se eliminasse toda a proposta e só se votasse em alternativa nos pontos em que à incompatibilidade. -----

Fernando Cabrita - Não se pode discutir aqui o regimento na especialidade? Pode-se aprovar na generalidade e a seguir passasse a discuti-lo na especialidade. Não sei qual é o problema? -----

Francisco Calhau - Acho que estamos aqui à volta de uma discussão que tem duas perspectivas contrárias. Estamos a justificar na realidade a existência de votações em alternativa. Aquilo que se está a discutir é, essencialmente, o direito ao não voto e ao de votar e de assumir a responsabilidade por isso. É só o que estamos aqui a discutir. Porque estar a dizer que uma proposta pode ter complementaridade e tem interesse, então apresenta-se uma proposta alternativa com as complementaridades. O que é o que nos impede? Porque é que estamos a ser redutores e a tentar transformar o problema em duas propostas? O que é que nos impede de exercer o direito e ter a responsabilidade de apresentar uma terceira proposta com a complementaridade que referiu? Estamos impedidos disso? Não estamos! Agora, o que eu acho, é que não pode prevalecer num órgão deliberativo, em que temos essa obrigação, de deliberar, tendo sido eleitos para isso, situações de impasse em que vai prevalecer por causa de um direito à abstenção, o direito da não deliberação. Isso aí é que eu acho que estamos com propostas perfeitamente contrárias e, naturalmente, visões do exercício do cargo perfeitamente contrárias, que só vêm justificar que efectivamente a discussão deste assunto está mesmo a justificar a existência deste ponto proposto por nós. -----

Presidente da Assembleia - Aqui nem se coloca a questão da alternativa. Aqui só há uma proposta na mesa, ou se está a favor, ou se está contra. Isto são questões excepcionais, que se verificam ocasionalmente nesta Assembleia e que de facto a Assembleia não deve correr nunca, o risco de deliberar de forma contrária o mesmo objecto. Eu penso que a discussão está esgotada, mas estou à disposição para ouvir mais fundamentos. Mais intervenções? -----

Fernando Neves - Sobre o regimento, art.7º, n.º2, alínea f). Onde diz:"fixar contribuição autárquica", acho que deveria ser alterado para "Imposto Municipal sobre Imóveis". Contribuição autárquica já não existe. -----

Presidente da Assembleia - Está aceite, porque é uma actualização. Eu integro-a já na proposta do regimento da Mesa da Assembleia. Vou começar por colocar a votação o regimento sem a proposta de alteração apresentada hoje. -----

VOTAÇÃO: Proposta da Mesa -----

Votos a contra: zero (0) -----

Abstenções: zero (0) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) - Carlos Silva e Sousa, Euridice Vieira, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Pedro Ferro, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Helder Sousa, Fernando Gregório, Berto Palma, Francisco Guerreiro e Joaquim Vieira. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

VOTAÇÃO: Proposta de alteração -----

Votos a contra: oito (8) - Euridice Vieira, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Fernando Neves, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Fernando Gregório e Berto Palma. -----

Abstenções: um (1) - Francelina Lourenço -----

Votos a favor: quinze (15) - Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Cristiano Cabrita, Maria Eugénia Baptista, Ana Pífar, Helder Sousa e Francisco Guerreiro -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade, a minuta das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:50 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 17 de Novembro de 2005 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

